

CARTA ANUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS 2025

Em atenção ao disposto no inciso I do artigo 8º, da Lei Federal n.º 13.303, de 30 de junho de 2016, o Conselho de Administração, subscreve a presente Carta Anual de Políticas Públicas.

1. DAS INFORMAÇÕES DE QUALIFICAÇÃO DA COMPANHIA

CNPJ: 00.979.969/0001-56 NIRE 43300034518

Sede: Porto Alegre – Rio Grande do Sul

Tipo de estatal: Sociedade de Economia Mista

Acionista controlador: ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Tipo Societário: Sociedade Anônima

Tipo de Capital: Aberto

Abrangência de atuação: Nacional

Setor de Atuação: Financeiro

Diretor de Relações com Investidores: Luis Antônio Medina Gomez, f. (51)999333078, e-mail luismg@sefaz.rs.gov.br

Auditor Independente atual da Empresa: Moreira Associados Auditores Independentes S/S. Rua São Joaquim, 1085, bairro Centro, São Leopoldo - RS, f. (51)3210-8000, secretaria@auditoria.srv.br

Conselheiros de Administração Subscritores da Carta Anual de Políticas Públicas:

Itanielson Dantas Silveira Cruz – Presidente

Guilherme Correa Petry – Conselheiro

Flávio Pompermayer – Conselheiro

Carlos Eduardo Provenzano – Conselheiro

Leonardo Maranhão Busatto – Conselheiro

2. DO SEU HISTÓRICO

Constituída em 1995, mediante autorização da Lei Estadual nº 10.600, de 26 de dezembro, a Companhia tem por objeto social a prestação de serviços no sentido de auxiliar o Tesouro do Estado na administração da dívida pública estadual. Para tanto, pode emitir e colocar no mercado obrigações, adquirir, alienar e dar em garantia ativos, créditos, títulos e valores mobiliários.

Além de operações estruturadas para o mercado financeiro e de capitais, a Companhia desempenhou importante papel no Programa de Privatização do Estado, no período de 1996 a 1998, antecipando o ingresso de recursos no Tesouro do Estado.

A Companhia efetuou onze emissões de debêntures, todas liquidadas, mediante pontual adimplemento. A Companhia sempre atendeu rigorosamente seus compromissos com os investidores, razão pela qual goza de elevado conceito junto ao mercado.

3. DO INTERESSE PÚBLICO SUBJACENTE ÀS ATIVIDADES EMPRESARIAIS

A Companhia foi criada pela Lei Estadual n.º 10.600, de 26 de dezembro de 1995, sob a forma de sociedade de economia mista, supervisionada pela Secretaria de Estado da

Fazenda. Esta Lei autorizou a CADIP a funcionar como Companhia de capital aberto, o que ocorreu em 04 de setembro de 1996, autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, através da inscrição CVM n.º 15717, tudo na forma disposta na Instrução Normativa CVM n.º 480/2009.

O elemento motivador da execução do objeto social da Entidade, está consubstanciado em:

- I. prestar serviços destinados a auxiliar o Governo do Estado do Rio Grande do Sul na administração da dívida pública, bem como na estruturação e implementação de instrumentos financeiros necessários à execução do Plano de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul, podendo, inclusive:
 - a) emitir e colocar no mercado obrigações, inclusive títulos e valores mobiliários, ou contratar financiamentos junto ao sistema financeiro nacional ou organismos multilaterais;
e
 - b) adquirir, alienar ou dar em garantia ativos;
- II. prestar garantias em contratos de Parcerias Público-Privadas – PPP – firmados pelo Estado do Rio Grande do Sul; e
- III. participar, de forma minoritária, no capital de empresas que atuem no Estado do Rio Grande do Sul, conforme condições estabelecidas em lei e observadas as diretrizes estabelecidas no Plano de Desenvolvimento Estadual do Rio Grande do Sul.

A Companhia é integrante da administração pública indireta do Estado do Rio Grande do Sul, regendo-se pelo seu Estatuto Social, pelas Leis Federais n.º 6.404/1976 e 13.303/2016 e demais disposições legais e normas aplicáveis.

4. DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

As políticas públicas do Estado do Rio Grande do Sul, conforme o PPA 2024-2027, encontram-se centradas em onze Programas Temáticos, sessenta e nove ações programáticas, seiscentas e cinco iniciativas e mil seiscentos e três Produtos, todos distribuídos em quatro eixos: a) estado próspero; b) planejamento, governança e gestão; c) sociedade inclusiva, justa e feliz e, d) desenvolvimento econômico inovador.

A Companhia, como Estatal, alinha-se ao Programa de Políticas Públicas, perfilando-se ao eixo Estado Próspero, prospectando securitizações de recebíveis, apta para a prestação de garantias às obrigações pecuniárias contraídas pelo Estado em contratos de parcerias público-privadas, nos termos da Lei Federal n.º 11.079 de 30 de dezembro de 2024 e preparada para a estruturação e implementação de instrumentos financeiros necessários à execução do Plano de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul.

5. DOS OBJETIVOS E DAS PRIORIDADES DIRECIONADAS AO ATENDIMENTO DO INTERESSE COLETIVO

Ainda, com o olhar voltado às políticas públicas conjugadas com os objetivos e as prioridades direcionadoras do interesse coletivo, a Companhia posiciona-se como ente contributivo ao Estado do Rio Grande do Sul, especialmente, no que se refere a securitização de recebíveis, com vistas à auxiliar o Tesouro Estadual na administração da dívida pública.

Neste passo, a Companhia prospectou e colocou no Mercado de Capitais brasileiro,

onze emissões de debêntures, sendo que destas, três emissões foram privadas, enquanto as demais públicas. Ainda é de se destacar que do volume total de debêntures, nove foram emitidas com garantia subordinada e as demais com garantia real, sendo uma transformável em ações da Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE e do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S/A – Banrisul. A outra, por sua vez, merece especial destaque, haja vista tratar-se de uma operação até então singular no País, com *colateral* em direitos creditórios performados pelo Estado do Rio Grande do Sul.

6. DOS RECURSOS A SEREM EMPREGADOS PARA ATENDIMENTO DO INTERESSE COLETIVO

A participação da Companhia na execução das políticas públicas do Estado ocorre, especialmente, via captação de recursos no mercado de capitais. Não dependendo de recursos orçamentários do Estado.

O prazo de pagamento aos investidores, em caso de novas emissões, varia conforme condições negociadas entre as partes, observado o equilíbrio entre receitas e despesas futuras, aqui inclusa a remuneração e o crédito do investidor.

Os custos, as despesas e as suas receitas são divulgadas de forma transparente, em especial nas Demonstrações Financeiras - DFs.

7. DOS IMPACTOS ECONÔMICO-FINANCEIROS DA CONSECUÇÃO DOS OBJETIVOS

7.1 Dos Aspectos Contextuais

A Companhia atua à medida que é demandada pelo Estado para captação de recursos financeiros, em especial, mediante operações no Mercado de Capitais. Nesse sentido, realiza estudos macroeconômicos vinculados ao Mercado, submetendo-os à apreciação e deliberação por parte das autoridades administrativas competentes, quanto à oportunidade e conveniência de realização das operações.

7.2 Dos Indicadores Econômico-financeiros

A análise através de índices, compreendida como a relação entre contas ou grupos de contas das Demonstrações Financeiras - DFs, que visam a evidenciar determinado aspecto da situação econômico ou financeira, tiveram o seguinte comportamento, na última DF publicada:

7.2.1 Da Situação Financeira

a) Indicadores de Estrutura

No que se refere aos indicadores de estrutura merece destaque a participação dos Capitais de Terceiros em relação ao Patrimônio Líquido, compilando o percentual de 69,44% o qual decorre, especialmente, do Adiantamento para Futuro Aumento de Capital, no valor de R\$ 500.000.000,00, efetuado pelo Acionista Estado do Rio Grande do Sul, em 30 de dezembro de 2024. Na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária – AGOE realizada em 16 de abril de 2025, foi aprovada a incorporação desse valor ao Capital Social, alterando significativamente a relação dos capitais de terceiros versus recursos próprios da Companhia.

[Handwritten signatures and initials]

b) Indicadores de Liquidez

Quando se observa a Liquidez Geral da Entidade, denota-se confortável situação, haja vista de que para cada Unidade Monetária - UM de obrigações de curto e de longo prazo a Companhia possui R\$ 2,44 de ativos de realização equivalente;

7.2.2 Da Situação Econômica

a) Indicadores de Rentabilidade

A performance dos indicadores, em decorrência da estrutura patrimonial da Entidade, ou seja, robustez no Capital Próprio e alto grau de liquidez, ficam relativamente prejudicados, não merecendo destaques o Giro de Ativo e Rentabilidade do Patrimônio Líquido, não sensibilizados, também, em decorrência da inexistência momentânea de operações relacionadas ao objeto social da Empresa.

7.3 Dos Principais Impactos Econômico-financeiros

No concernente aos principais impactos econômico-financeiros que possam sensibilizar, positivamente, os *stakeholders* que cingem a Entidade, estes encontram-se especialmente insculpidos nas Demonstrações Financeiras, onde pode-se destacar a distribuição de riquezas criadas pela Companhia, mediante a Demonstração de Valores Adicionados -DVA, apresentada na forma requerida pela legislação societária brasileira, especialmente a IAS 34 e NBC TG 09.

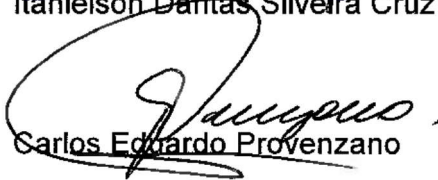
Ainda com o olhar voltado aos impactos econômicos impressos pela Entidade, pode-se sublinhar que o seu Estatuto Social prevê que do rédito líquido positivo, gerado em cada exercício social, será distribuído aos Acionistas, no mínimo, 25% do lucro líquido ajustado, a título de dividendos.

CONSELHEIROS


Guilherme Correa Petry


Itanielson Dantas Silveira Cruz


Flávio Pompermayer


Carlos Eduardo Provenzano

Leonardo Maranhão Busatto